



Em colaboração com



# Boletim do Conflito Local

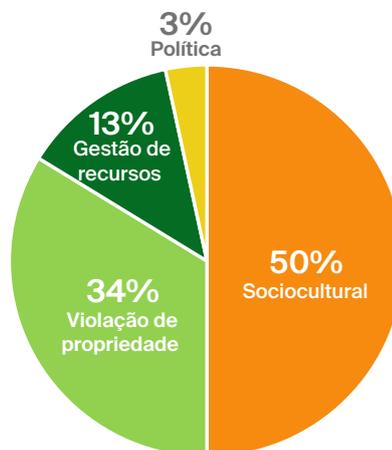
## Dinâmicas de conflito na Guiné-Bissau

Este boletim apresenta os dados de ocorrência de conflitos, recolhidos mensalmente por uma rede de mediadores locais, os Espaços Regionais de Diálogo, presentes em todos os setores administrativos do país (exceto Caravela e Uno). A apresentação e análise dos dados aqui presente foi elaborada pela equipa da Voz di Paz e sua parceira Interpeace, com contribuições do ACNUDH e validada por parceiros relevantes.

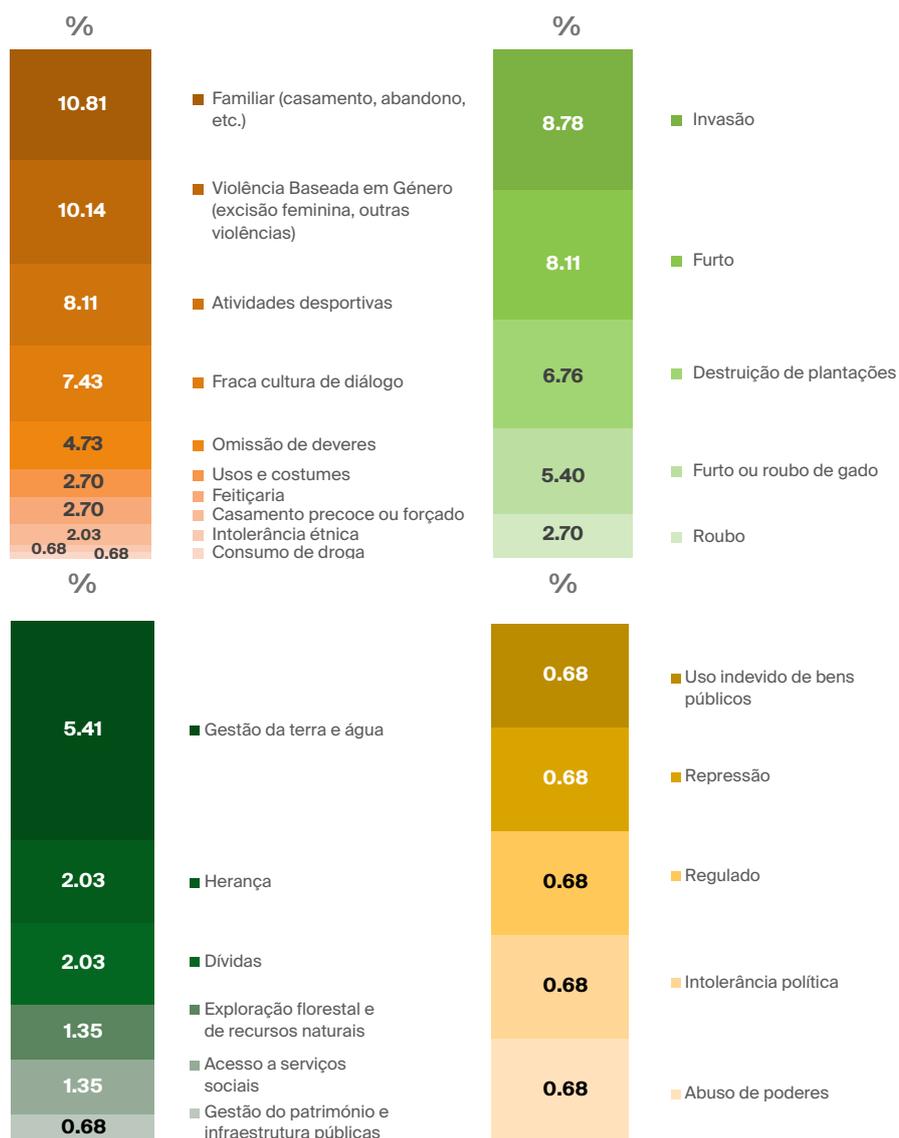
# Temas e subtemas dos conflitos

De forma a melhor sintetizar a informação sobre os conflitos relatados a nível nacional, foram estabelecidos 4 temas principais de conflitos, cada um dividido em vários subtemas. Reconhecendo que os conflitos são complexos e muitas vezes surgem de múltiplas causas, a recolha de dados permite identificar até 2 subtemas com os quais um conflito esteja relacionado, destacando qual deles foi o principal motivador do conflito e qual o secundário. De seguida, são apresentados os principais temas e subtemas dos 148 conflitos relatados entre setembro e dezembro de 2023, em percentagem dos conflitos totais.

Percentagem de conflitos por tema



## Temas e subtemas principais



Os temas e subtemas aqui presentes foram desenhados com base nas categorizações de direitos humanos, nomeadamente as presentes em dois Pactos Internacionais<sup>1</sup>, a fim de abranger também essa dimensão. Alguns dos conflitos relatados podem corresponder a violações de direitos humanos em diferentes âmbitos (civis e políticos, direito à vida e à proteção e integridade física, entre outros), e se não forem investigados ou resolvidos atempadamente, podem levar a violações acrescidas de direitos humanos – como por exemplo casos de roubo e furto, e casos de casamento precoce e forçado ou violência doméstica.



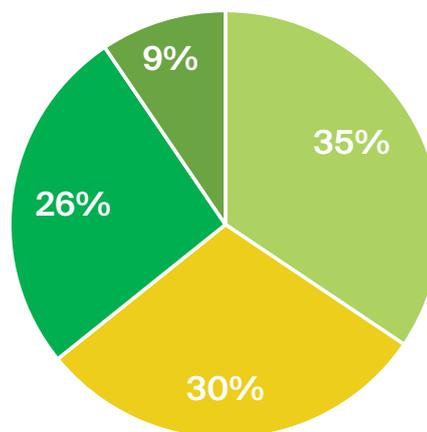
## Nível de conflito

*Nível de conflito é categorizado dependendo do seu assunto e das esferas que implica, e não do número de pessoas envolvidas.*

Apesar dos conflitos institucionais serem mais difíceis de identificar, neste período houve um aumento dos casos relatados, que podem ser lidos no âmbito a mudanças nas instituições públicas ocorridas entre agosto e dezembro.

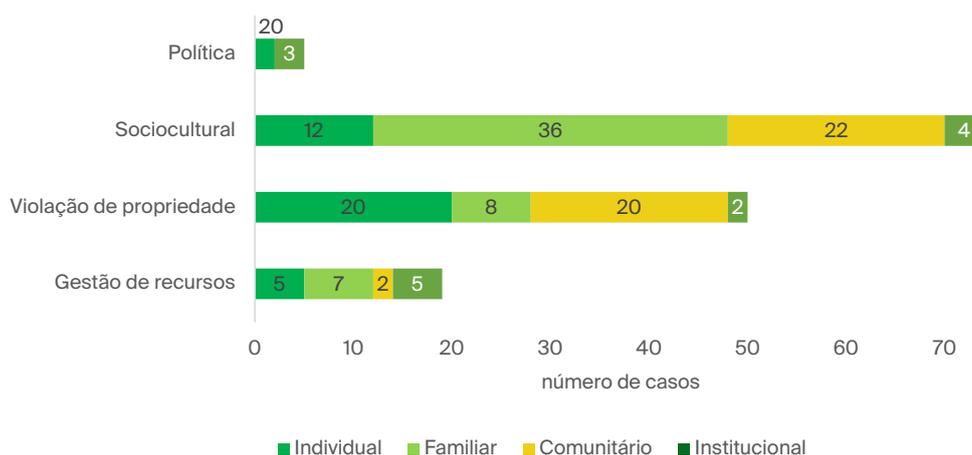
Pode-se constatar um ligeiro aumento nos conflitos ao nível individual, com uma prevalência de conflitos ligados a violações de propriedade.

Percentagem de conflitos por nível



■ Familiar ■ Comunitário ■ Individual ■ Institucional

Nível de conflito por cada tema



Em termos de violação de propriedade, pode-se constatar um aumento de conflitos ao nível individual (aumento de 26% a 40%), sendo o principal subtema furtos e roubo, onde 10 dos 20 casos registados ocorreram na região de Cacheu.

Nos conflitos ligados a Gestão de Recursos, a dimensão comunitária diminuiu consideravelmente (diminuição de 43% para 10,5%).

<sup>1</sup> PIDCP - Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos e PIDESC - Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, ambos retificados pelo Estado da Guiné-Bissau.

## Região

O número de conflitos relatados depende de atividade dos monitores no local.



## Manifestação dos conflitos – o grau de violência

No geral, o grau de violência nos conflitos identificados aumentou significativamente, em comparação com os conflitos relatados no boletim anterior.

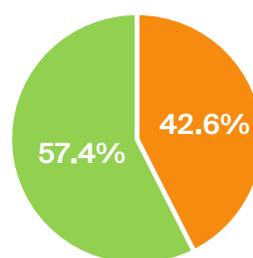
Pode-se notar um aumento do grau de violência nos conflitos em todos os níveis, com a exceção do nível institucional.

Pode-se constatar que neste período, os conflitos ligados a Gestão de Recursos, ocorreram sem violência.

Na violação de propriedade, houve um aumento de 13% nos conflitos com violência, comparativamente ao boletim anterior.

Há temas com mais violência que outros – nomeadamente a sociocultural e política. Embora o tema Política pareça mais violento, o número de casos recolhidos continua a ser ainda insuficiente para uma análise detalhada.

% geral de conflitos com e sem violência física



■ Com violência física ■ Sem violência física



Num contexto de instabilidade política e institucional, as tensões político-sociais podem tornar-se violentas. Isso pode também gerar um maior número de violações de direitos humanos.

A literatura sobre direitos humanos e conflito mostra que a ocorrência deste tipo de violações pode ser um gatilho para o aumento da violência.

Para além disso, como verificado anteriormente pela Voz di Paz, a falta de mecanismos efetivos de resolução de conflito<sup>2</sup> contribui para que os indivíduos recorram à violência como tentativa de resolução dos conflitos.



**Em termos de tipos de ocorrências, entre setembro e dezembro de 2023 foram relatados:**



Quando comparado com o período anterior (oito meses, de janeiro a agosto), nos últimos quatro meses de 2023 verifica-se um aumento geral do número de ocorrências relatadas, seguindo a tendência visível de um aumento do grau da violência.

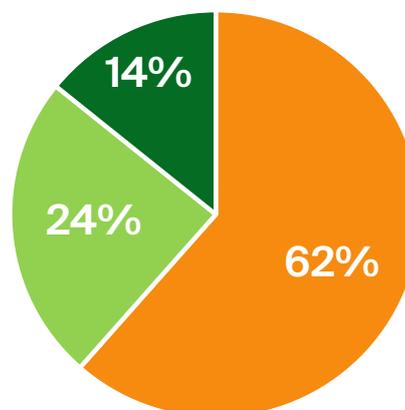
<sup>2</sup> *Barómetro sobre a Governação da Justiça na Guiné-Bissau*, cujos resultados estão disponíveis em <http://justicapapaz.org> e o relatório final se encontra em <https://www.vozdipaz.org/estudos-e-publicacoes>.

## Escala dos conflitos

A escala do conflito corresponde ao número de pessoas que o conflito impacta ou implica, mesmo não estando envolvidas diretamente nele.

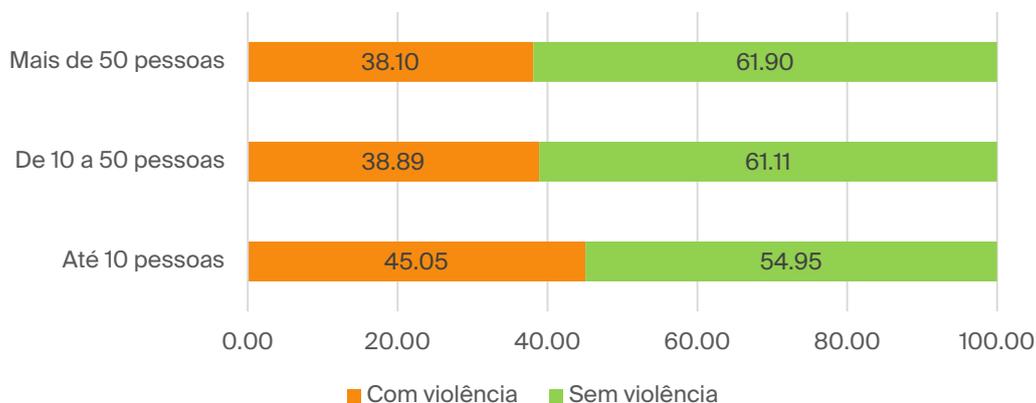
De maneira geral, a maioria dos conflitos continuam a ser de pequena escala, contudo o grau de violência tende a aumentar transversalmente a todas as escalas, sobretudo nos conflitos que envolvem mais de 50 pessoas.

Escala dos conflitos, em percentagem



■ Até 10 pessoas    ■ Mais de 50 pessoas  
■ De 10 a 50 pessoas

Tipo de manifestação consoante número de pessoas envolvidas no conflito (%)



No computo destes quatro meses de recolha, há oito conflitos que se destacam por envolverem mais de 100 pessoas e registarem violência física, em 5 setores diferentes do país: 1 invasão e 1 destruição de plantações em Mansoa, 1 questão ligada ao abuso de poder em Cacine, 1 atividade desportiva, 1 caso de fraca cultura de diálogo e 1 roubo em Bissau e 1 questão ligada a feitiçaria e 1 Furto ou roubo de gado em Farim.



## A resolução e duração dos conflitos

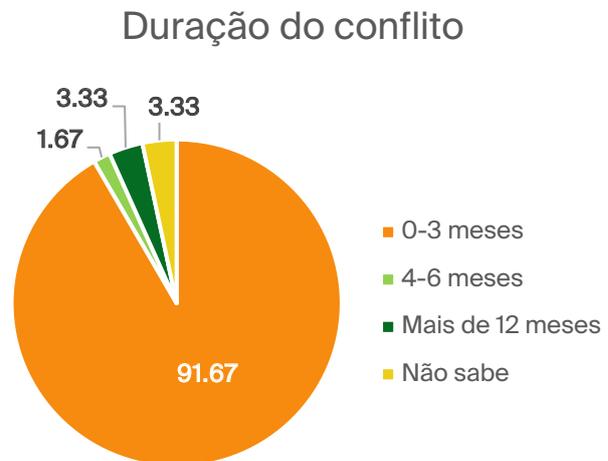
Em comparação com o boletim anterior, nota-se um aumento dos conflitos em curso, no momento do relato e uma diminuição sensível da percentagem de conflitos resolvidos no momento do relato (menos 14,5%).

**40,5%** dos conflitos foram relatados quando já tinham sido resolvidos.

Cerca de **32%** dos conflitos foram relatados quando já tinha havido tentativas de resolução ou a resolução estava em curso.

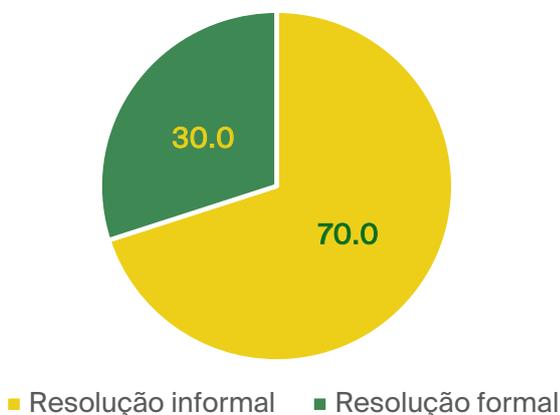
É importante sublinhar que cerca de **27%** dos conflitos estavam em curso no momento do relato.

A grande maioria dos conflitos resolvidos relatados, teve uma duração máxima de 3 meses. Regista-se, no entanto, uma pequena percentagem (3%) de conflitos que duraram mais de um ano até serem resolvidos e outros até não obtendo sucesso na sua resolução (5%).



## O método de resolução dos conflitos

Método de resolução, por sistema de justiça (%)

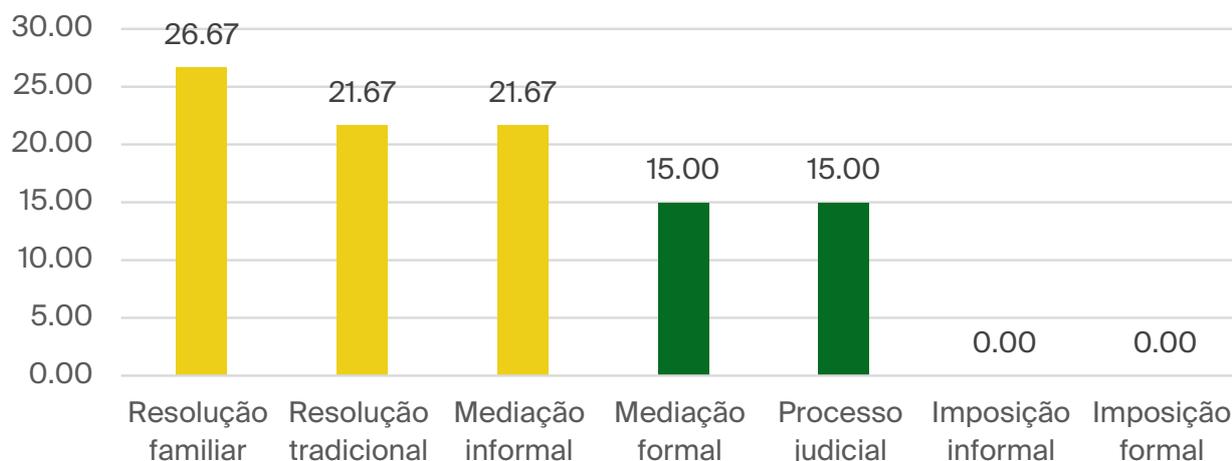


A maioria dos conflitos resolvidos relatados foi resolvido com recurso a mecanismos tradicionais ou informais, continuando a tendência verificada no boletim anterior.

A preferência da população por este tipo de mecanismos foi previamente verificada com o *Barómetro sobre a Governação da Justiça na Guiné-Bissau*, cujos resultados estão disponíveis em <https://justicapapaz.org/>.

Apesar da distribuição entre resolução tradicional e formal não variar em comparação com o boletim anterior, nota-se um claro aumento nos relatos de casos que foram solucionados através da resolução familiar (7%) e dos processos judiciais (5%).

## Detalhe do método de resolução utilizado (%)



No que diz respeito a estes métodos de resolução, entende-se por:

- “Resolução tradicional” e “Resolução familiar” os casos em que se dá o conflito como terminado com base na intervenção de líderes tradicionais ou religiosos ou das chefias da família, respetivamente;
- “Mediação informal” e “Mediação formal” os casos em que a resolução é feita com uma abordagem de mediação, respetivamente por atores informais (líderes ou pessoas influentes na comunidade, estruturas da sociedade civil, etc.) ou por atores formais (membros de instituições estatais, por exemplo)
- “Imposição informal” e “Imposição formal” os casos em que se dá o conflito como terminado com base numa imposição feita respetivamente por atores informais (líderes comunitários, chefes de família, etc.) ou formais (membros de Forças de Defesa e Segurança ou de instituições estatais, por exemplo).

A equipa reconhece que quando os conflitos são resolvidos de forma impositiva, é possível que as tensões fiquem ainda latentes, pois nem sempre este tipo de resolução satisfaz todas as partes do conflito.

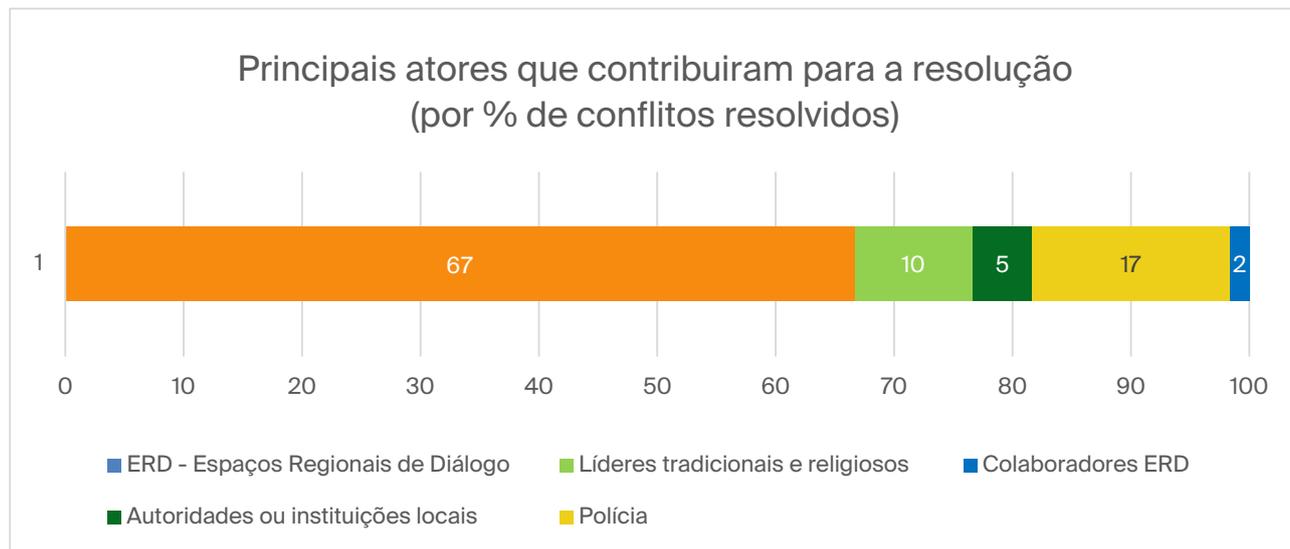
Estas tensões por resolver podem, por sua vez, levar a novas violações de direitos humanos em alguns casos, como por exemplo casos de violência baseada em género em que não são tomadas as devidas medidas de proteção.



É importante salientar ainda que em alguns casos uma resolução informal dos conflitos pode indicar a existência de violações de direitos humanos (como o de acesso à justiça e proteção jurídica). No entanto, a equipa reconhece que a preferência individual por um método de resolução ou outro é complexa e condicionada por múltiplos fatores, sendo que a população guineense tende a ver elementos positivos e negativos tanto no sistema formal como informal de justiça<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Barómetro sobre a Governação da Justiça na Guiné-Bissau, cujos resultados estão disponíveis em <http://justicapapaz.org> e o relatório final se encontra em <https://www.vozdipaz.org/estudos-e-publicacoes>.

## Os principais atores a contribuir para a resolução

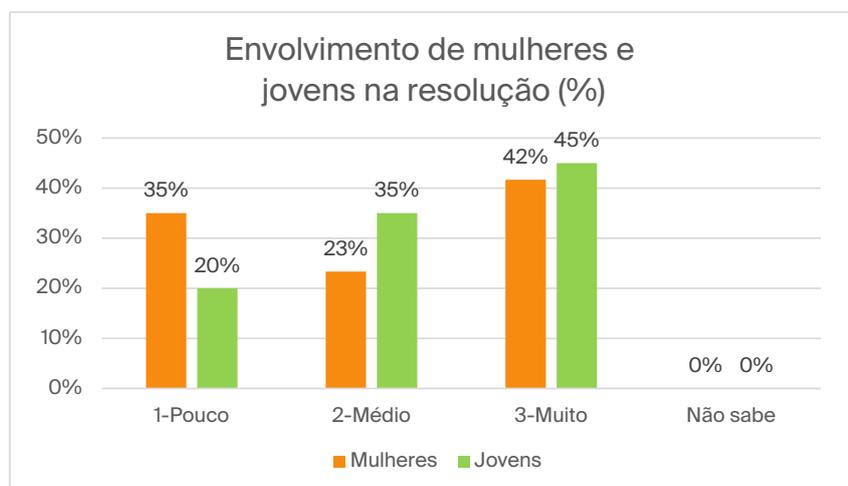


Podemos afirmar que neste período, o nível de colaboração aumentou, onde:

Em **92%** dos casos resolvidos, houve pelo menos 2 contribuintes na sua resolução e

Cerca de **60%** envolveu pelo menos 3 atores diferentes.

## O envolvimento de mulheres e jovens na resolução dos conflitos



Não se verificam grandes variações na participação juvenil e feminina na resolução dos conflitos. Contudo, nota-se que há uma maior participação dos jovens, continuando as mulheres a ser mais excluídas das esferas de decisão no geral.



Há menos envolvimento feminino em conflitos de **gestão de recursos e de violação de propriedade (58% e 40%** “Pouco” envolvidas na resolução),



Em termos geográficos, existe um maior envolvimento dos jovens nas regiões de Tombali e SAB (**46% e 45%** “Muito” envolvidos na resolução).

Nas regiões de Bolama/Bijagós (**100%**) e Gabu (**33%**) registaram a maior participação das mulheres na resolução.

Os dados completos sobre os conflitos reportados encontram-se disponíveis para consulta em Português, Inglês e Francês na seguinte plataforma:

<http://www.conflitolocalgb.org>

HTTP://



**Interpeace**  
INTERNATIONAL ORGANIZATION  
FOR PEACEBUILDING

### Interpeace Guiné-Bissau

Escritório da Voz di Paz,  
Bairro de Enterramento CP588  
Bissau, Guiné-Bissau  
ferrati@interpeace.org



### Voz di Paz

Bairro de Enterramento CP588  
Bissau, Guiné-Bissau  
vozdipazgb@gmail.com  
<https://www.vozdipaz.org/>



In partnership with the United Nations

[www.interpeace.org](http://www.interpeace.org)

X @InterpeaceTweet [in](#) [@](#) [f](#) [v](#) @interpeace